

TERRORISMO

US\$ 100 mil por uma morte

Suspeito de ter aderido ao Hezbollah, músico diz que recebeu a proposta em Beirute. Mas garantiu à PF que não cometeria tal crime

» RENATO SOUZA

O músico carioca Michael Messias, de 43 anos, preso no Rio de Janeiro no começo do mês, na Operação Trapiche, da Polícia Federal, mudou a versão que dera no depoimento sobre supostas ligações com o grupo radical islâmico Hezbollah. Conforme disse à PF, o sírio naturalizado brasileiro Mohamad Khir Abdulmajid teria lhe oferecido US\$ 100 mil (aproximadamente R\$ 500 mil) para matar. Não fica claro, porém, de que forma ele agiria para que recebesse a quantia — embora Michel tenha sido preso por suspeita de fazer parte de um plano para atacar insituições ligadas à comunidade judaica no Brasil.

O **Correio** teve acesso ao depoimento. Em três páginas, Michel relata os detalhes do envolvimento com suspeitos de fazerem parte do Hezbollah. O músico contou que, durante a viagem que fez ao Líbano, Mohamad lhe questionou se teria coragem de matar alguém — teria afirmado ao interlocutor que “jamais” tiraria a vida de alguém. A abordagem foi no hall de um hotel de luxo, de frente para o mar, em Beirute.

Depois disso, Michel disse ter se encontrado com um homem desconhecido, que usava máscara cirúrgica, calça jeans, tinha cabelos pretos e olhos escuros. Voltou a receber a proposta de US\$ 100 mil para matar. O músico também teria sido questionado pelo interlocutor se fazia

Reprodução/Redes sociais



No primeiro depoimento à PF, Michel disse que foi ao Líbano para uma apresentação de pagode. Mas foi indagado se mataria alguém por dinheiro

parte de alguma facção criminosa — como o PCC ou o Comando Vermelho, que dividem o controle do tráfico de drogas e armas no Brasil. Respondeu que não.

Segundo Michel, assim que desembarcou em Beirute, foi levado por Mohamad do aeroporto para o hotel onde ficou hospedado. Conforme disse à PF, o músico

teria sido indagado se o Brasil era um país violento e se conhecia membros de facções criminosas, pessoas procuradas pela polícia ou ex-policiais que seriam capazes de cometer assassinatos.

Ajuda financeira

Na estada em Beirute, Michel

admitiu à PF que foi ajudado financeiramente por Mohamad. Em uma das conversas, disse que era o responsável pelo sustento da família e não podia contribuir por estar longe. O músico, então, pediu ao anfitrião no Líbano que depositasse R\$ 500 na conta de sua mulher — o que teria sido feito. Aos agentes federais, explicou

qu, antes de voltar ao Brasil, recebeu um maço de dinheiro (não soube dizer quanto era) para gastar na viagem.

No primeiro depoimento à PF, Michel negou ter sido sondado para participar de alguma atividade terrorista em solo brasileiro. Assegurou que foi ao Líbano para fazer apresentações de

pagode, a convite de Mohamad.

O músico foi preso em Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro, em 12 de novembro. Os agentes da PF contaram com informações passadas pelo Mossad — serviço israelense de inteligência — e por uma das agências norte-americanas de informação.

O episódio gerou ruídos entre os governos do Brasil e de Israel, por causa de uma nota emitida pelo gabinete do premiê Benjamin Netanyahu. O texto dava a impressão de que a PF agiu sob as ordens da inteligência israelense.

Na ocasião, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, veio a público para afirmar que nenhuma nação estrangeira interfere em apurações da PF — que, segundo ele, estava no encalço de pessoas que supostamente teriam ligações com grupos radicais islâmicos e se preparavam para praticar atentados. As investigações ganharam impulso depois do ataque do Hamas a Israel, em 7 de outubro.

O Hezbollah é um grupo extremista islâmico, de vertente xiita, que conta com apoio financeiro e logístico do governo do Irã. A facção controla econômica e politicamente o Líbano. É considerado terrorista por países como Estados Unidos, França e Alemanha — o Brasil segue a classificação das Nações Unidas, que não define o Hamas ou o Hezbollah como terroristas. **(Colaborou Fabio Grecchi)**

Brasileiros presos na Espanha por conexões com o EI

A Guarda Civil espanhola prendeu dois irmãos brasileiros acusados de ligação com o grupo terrorista Estado Islâmico (EI). As detenções foram feitas em Málaga, na segunda-feira. As autoridades do país europeu contaram com a participação da Polícia Federal (PF) e de agentes do Federal Bureau of Investigation (FBI).

De acordo com nota emitida pelo Ministério do Interior da Espanha, os irmãos — cujos nomes não foram divulgados — estavam “imersos em um processo de

radicalização”. A operação contra a dupla começou depois que os investigadores identificaram mensagens em aplicativos nos quais eles declaravam apoio ao grupo radical islâmico.

“Ambos consumiam e difundiam, por meio de seus perfis na internet, material multimídia de propaganda do Daesh (sigla em árabe do nome anterior do grupo). Entre esse material, havia atividades terroristas realizadas em diferentes lugares, manuais para confecção de explosivos e

envenenamentos, segurança cibernética, hacking, assim como documentos que justificam a violência da execução de ações suicidas”, diz a nota conjunta dos ministérios do Interior e da Defesa espanhóis, aos quais a Guarda Civil é subordinada.

A suspeita é de que eles seriam recrutados para a atuação em atentados terroristas, provavelmente na Europa. Mas não se afasta a possibilidade de realizarem atentados em território brasileiro. Os dois irmãos

apresentaram, nas imagens, indícios de fidelidade ao grupo e aos ideais dos terroristas radicais — que pregam a formação daquilo que definem como califado, em uma grande região do Oriente Médio que abrange territórios de países como Iraque e Síria. As ações cruéis contra aqueles que consideram infiéis ficaram infamemente famosas, uma vez que as imagens de pessoas sendo degoladas correram as redes sociais.

As diligências das autoridades espanholas apontam que a

dupla tinha, também, ligações com outros suspeitos de envolvimento com o Estado Islâmico que foram presos ou estão sendo investigados na Europa. Entre os documentos encontrados com os irmãos estariam planos para assassinatos em massa.

As investigações prosseguem no Brasil e na Europa para apontar se existe a participação de outros suspeitos. Uma das características do Estado Islâmico é o recrutamento de pessoas nas comunidades muçulmanas

em vários países. Nos quadros do grupo, há registros de cidadãos franceses, britânicos, norte-americanos, suecos, belgas e até mesmo brasileiros. Depois de dominar uma parte expressiva do Iraque e da Síria, o grupo radical controla partes menores dos dois países depois de uma campanha militar que envolveu tropas russas, norte-americanas e de países europeus — que, apesar disso, lutaram em lados diferentes da guerra civil síria. **(RS com Agência Estado)**

MEIO AMBIENTE

Com um só voto contra, passa no Senado o “pacote do veneno”

» ALINE BRITO

O Plenário do Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei (PL) 1.459/22, que facilita e acelera o processo de liberação de agrotóxicos no Brasil. A proposta altera as regras para aprovação e comercialização de pesticidas e estipula prazo de 60 dias — para produtos com fórmula idêntica a outros já aprovados — a 24 meses, para o registro de novos defensivos agrícolas. Agora, o texto segue para sanção presidencial. O único voto contrário foi o da senadora Zenaide Maia (PSD-RN)

Atualmente, o processo de registro e autorização de um novo agrotóxico pode levar até cinco anos. O projeto foi relatado pelo senador Fabiano Contarato (PT-ES), que buscou fazer um meio-termo entre o que pretendiam os ruralistas e aquilo que defendiam os ambientalistas. Com isso, o relator concentrou no Ministério da Agricultura a responsabilidade de registrar os defensivos e atribuiu ao Ministério da Saúde — representado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) — a responsabilidade de apoiar tecnicamente os procedimentos.

Além disso, o Ministério do Meio Ambiente, sob competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), deverá coordenar o registro de produtos de controle ambiental.

Esse processo é a principal mudança de Contarato ao projeto

inicial. Dessa forma, para que pesticidas e produtos semelhantes possam ser pesquisados, produzidos, exportados, embalados, rotulados, importados, comercializados e utilizados, será preciso autorização de órgão federal.

Os agrotóxicos pendentes de autorização deverão passar por uma análise de risco social, ambiental, econômico e de impacto na saúde. Depois desse estudo, os produtos que forem classificados de alto risco serão impedidos de obter registro.

Para a senadora Tereza Cristina (PP-MS), o projeto “traz modernização, governança, agilidade, que desburocratiza os pesticidas, os defensivos agrícolas, para que a nossa agricultura, que é tão moderna, tão técnica, possa ter as moléculas, que são usadas lá fora, mais rapidamente aqui no nosso país”.

Segundo nota da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, “o Brasil chegará a COP28, que se inicia nesta semana em Dubai, com péssimas credenciais e muita dificuldade de sustentar na prática o seu discurso de pretensa liderança ambiental”. Diz, ainda, que “a sociedade brasileira organizada conseguiu segurar esse projeto por quase 10 anos. Conseguimos reduzir alguns danos, porém o caráter central do projeto se manteve: facilitar ainda mais a liberação e o uso de agrotóxicos, e dificultar uma transição agroecológica”.

COMUNICADO DE RECALL

JAGUAR



JAGUAR F-PACE

SADCA2BYORA725912 a SADCA2BYXRA729210 (Chassis não sequenciais)
Fabricados de 25 de outubro de 2022 a 21 de setembro de 2023

A Jaguar Brasil convoca os proprietários dos veículos Jaguar F-Pace, ano/modelo 2024, chassis finais **RA725912 a RA729210**, fabricados de 25 de outubro de 2022 a 21 de setembro de 2023, a contatar um concessionário autorizado Jaguar para a atualização gratuita do software do Módulo de Controle do Grupo Motopropulsor (PCM).

Componente envolvido: Módulo de Controle do Grupo Motopropulsor (PCM).

Defeito: possibilidade de que o motor de combustão interna não dê partida quando o veículo estiver em movimento e nesta condição o veículo operará somente no Modo Veículo Elétrico (EV).

Risco: Nestes casos, quando o sistema de EV não puder mais impulsionar o veículo, este irá inesperadamente reduzir a velocidade e não será possível dirigir o veículo corretamente, aumentando o risco de colisão, havendo, portanto, risco de lesões nos ocupantes do veículo e/ou terceiros, e em casos mais graves, risco de fatalidade.

Até o momento nenhum acidente foi registrado no Brasil.

Solução: Os concessionários autorizados Land Rover realização a atualização gratuita do software do Módulo de Controle do Grupo Motopropulsor (PCM).

O tempo estimado para o reparo é de **1 hora**.

Data de início do atendimento: 22 de novembro de 2023.

Informações de Contato: para verificar se o seu veículo está envolvido na presente campanha entre em contato com o Concessionário Autorizado Jaguar de sua preferência, e, para agendar previamente a realização do serviço pelo telefone **0800 729 1420** para clientes Jaguar. A ligação é gratuita e o serviço estará disponível de segunda à sexta das 9h00 às 16h30 além do e-mail **clientejaguar@jaguarbrasil.com**. bem como nas páginas das marcas na internet **www.jaguarbrasil.com.br** e nas páginas do Facebook e Youtube.

Visando resguardar a segurança e a satisfação de seus consumidores, a Jaguar Brasil adota esta medida e destaca a importância do pronto atendimento a esta convocação.



No trânsito, escolha a vida!